Título: POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE E DE SERVIÇOS EXTRA AUDITORIA			
Área emitente: Controladoria / Jurídico		Aprovador: Conselho de Administração	
Data de aprovação: 23/07/2021	Versão: 001	Página: 1/4	Próxima revisão: 24/07/2023

SUMÁRIO

Sumário

1. INTRODUÇÃO	2
2. OBJETIVO	2
3. ABRANGÊNCIA	2
4. REFERÊNCIAS	2
5. PRINCÍPIOS	2
6. DIRETRIZES	3
6.1 Contratação de Auditoria Independente	3
6.2 Contratação de Serviços Extra Auditoria	4
6.3 Contratação de Auditoria Independente – controladas no exterior	5
7. RESPONSABILIDADES	5
7.1 Controladoria	5
7.2 Comitê de Auditoria.....	5
7.3 Conselho de Administração	5
8. VIGÊNCIA	5
9. ANEXOS	5

1. INTRODUÇÃO

A MRV Engenharia e Participações S/A (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e, portanto, adota práticas que asseguram o cumprimento da legislação em vigor e que respeitem o mais alto nível de Governança Corporativa. Nesse sentido, a Companhia se vale desta Política de Contratação de Auditoria Externa Independente e de Serviços Extra Auditoria (“Política”).

2. OBJETIVO

A presente Política tem por objetivo estabelecer diretrizes e delimitar as condições para a indicação, nomeação, contratação e destituição de serviços de Auditoria Externa Independente e de Serviços Extra Auditoria pela Companhia e de suas controladas, assegurando transparência no processo bem como a independência dos auditores, garantindo que as demonstrações financeiras sejam apresentadas de forma adequada e íntegra.

Serviços Extra Auditoria são aqueles serviços adicionais que a Companhia eventualmente contrate com a Auditoria Externa Independente, e que não estejam diretamente relacionados à auditoria de suas demonstrações financeiras.

3. ABRANGÊNCIA

Esta Política, uma vez aprovada pelo Conselho de Administração, aplica-se à contratação de serviços de Auditoria Independente e de Serviços Extra Auditoria para Companhia e suas controladas, devendo ser observada e cumprida por todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente na indicação, nomeação, contratação e destituição de tais serviços.

4. REFERÊNCIAS

As referências normativas para elaboração dessa Política foram o Estatuto Social da Companhia, o Código de Conduta da Companhia, a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), as Instruções Normativas da Comissão de Valores Mobiliários (“IN CVM”) nº 308/99 e 381/03, o Regulamento do Novo Mercado, o Código das melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (“IBGC”) bem como demais regulações aplicáveis sobre o tema.

5. PRINCÍPIOS

A presente Política é orientada pelos princípios da independência dos auditores e o da transparência no processo de contratação.

A Companhia procura garantir a independência dos auditores para que possam prestar seus serviços de forma objetiva e emitir uma opinião imparcial sobre

suas demonstrações financeiras, colaborando para um ambiente de segurança e credibilidade entre administradores, acionistas e demais partes interessadas.

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração é o órgão responsável pela nomeação e destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, cabe ao órgão opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; e monitorar a efetividade do trabalho, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos trabalhos desenvolvidos.

6. DIRETRIZES

6.1 Contratação de Auditoria Independente

- Serão consideradas para contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras apenas pessoas jurídicas devidamente registradas na CVM ("Auditor Independente").
- Qualquer alteração quanto ao Auditor Independente deverá ser comunicada à CVM nos prazos previstos em legislação, havendo ou não rescisão do contrato de prestação dos serviços de auditoria, com justificativa da mudança, na qual deverá constar a anuência do auditor substituído.
- O auditor independente poderá ser contratado por um período de até cinco anos consecutivos, podendo sua contratação ser prorrogada por mais até cinco anos consecutivos, conforme instrução CVM nº 509, art. 31-A. Esta prorrogação deve ser aprovada pelo Conselho de Administração. Caso o Conselho opte pela prorrogação do prazo de contratação do auditor, o auditor independente deve proceder à rotação do responsável técnico, diretor, gerente e de qualquer outro integrante da equipe de auditoria com função de gerência, em período não superior a cinco anos consecutivos, com intervalo mínimo de três anos para seu retorno.
- É proibida a contratação de serviços Extra Auditoria que possam comprometer a independência dos Auditores Independentes.
- Não poderão prestar serviço de Auditoria Independente, as empresas que, em sua atuação na Companhia e suas controladas, apresentarem infringência às normas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") relativas à independência.
- Os Auditores Independentes não poderão, em nenhuma hipótese: (i) auditar seu próprio trabalho; (ii) exercer ou ter exercido funções gerenciais na Companhia; (iii) ter interesses financeiros ou operações de créditos e garantias com a Companhia; (iv) ter relacionamento comercial relevante com a Companhia; e (v) ter relacionamento familiar ou pessoal com administradores ou empregados da Companhia.

- A contratação ou substituição dos Auditores Independentes será recomendada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.
- Os contratos serão formalizados anualmente ou bianualmente com o Auditor Independente contratado, sendo sua renovação avaliada pelo Comitê de Auditoria considerando entre outros aspectos: mudanças de regulamentação, reorganização societária, conhecimento técnico e experiência desejados para as operações da Companhia e/ou questões comerciais.
- O Plano de Trabalho do Auditor Independente será acompanhado e avaliado pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração.
- Será exigida anualmente declaração formal do Auditor Independente confirmando sua independência durante toda a execução dos trabalhos

6.2 Contratação de Serviços Extra Auditoria

- O Auditor Independente contratado pela Companhia não poderá prestar concomitantemente serviços de consultoria à Companhia e suas controladas que possam caracterizar a perda da sua objetividade e independência.
- De acordo com a IN CVM nº 308/99 são exemplos de serviços de consultoria que podem se enquadrar nessa situação:
 - I. assessoria à reestruturação organizacional;
 - II. avaliação de empresas;
 - III. reavaliação de ativos;
 - IV. determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências;
 - V. planejamento tributário;
 - VI. remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno; ou
 - VII. qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada.
- Caso ocorram contratações de Serviços Extra Auditoria junto ao Auditor Independente o mesmo deverá ser comunicado à CVM, à medida que atenda às condições previstas na IN CVM 381/03.
- Toda contratação de Serviços Extra Auditoria junto ao Auditor Independente deverá ser avaliada pelo Comitê de Auditoria e submetida ao Conselho de Administração, que será responsável por avaliar a pertinência da contratação e o nível de independência necessária para a execução do trabalho.
- A Companhia deve divulgar ao mercado, nos termos e na forma exigidos pela legislação vigente, as seguintes informações relacionadas à prestação, pelo Auditor Independente ou por Partes Relacionadas do Auditor Independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria das demonstrações financeiras: (i) A data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado; (ii) O valor total dos honorários

contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa e (iii) A política ou os procedimentos adotados pela Companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus Auditores Independentes.

6.3 Contratação de Auditoria Independente – controladas no exterior

- Para as controladas sediadas no exterior, os auditores independentes deverão fornecer anualmente declaração formal confirmando sua independência durante toda a execução dos trabalhos.

7. RESPONSABILIDADES

7.1 Controladoria

- Atuar junto ao Auditor Independente fornecendo todas as informações solicitadas e que sejam pertinentes com a consecução do objetivo de auditoria relacionado e intermediando as relações da auditoria junto às demais áreas da Companhia.

7.2 Comitê de Auditoria

- Opinar na contratação e destituição dos serviços Auditoria Externa Independente e de Serviços Extra Auditoria, monitorar a efetividade do trabalho do Auditor Independente, assim como sua independência, reportando ao Conselho de Administração a evolução dos seus trabalhos; e
- Avaliar e discutir o plano anual de trabalho do Auditor Independente e encaminhá-lo para a apreciação do Conselho de Administração da Companhia

7.3 Conselho de Administração

- Deliberar sobre a contratação, destituição e a prorrogação da contratação do Auditor Independente, bem como sua contratação para prestação de Serviços Extra Auditoria e
- Avaliar e aprovar o plano anual de trabalho do Auditor Independente.

8. VIGÊNCIA

A presente Política entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho de Administração e vigorará por prazo indeterminado, até que haja deliberação em sentido contrário.

9. ANEXOS

Não aplicável.